

Revista Brasileira de Comércio Exterior

RBCCE

A revista da FUNCEX

Ano XXXIV

143

Abril, Maio
e Junho de
2020

CORONAVÍRUS Impacto na Economia Global

SUPERANDO A CRISE

COMPETITIVIDADE PARA A INDÚSTRIA Roteiro para uma Inserção Internacional

ABRINDO NOVOS MERCADOS: ÁSIA China: Crise e Oportunidade Novas fronteiras para o Comércio Exterior do Brasil

SE PREPARANDO PARA OS DESAFIOS O princípio da precaução da OMC e da OCDE

LIÇÕES Liberalização Comercial na América Latina



fundação
centro de estudos
do comércio
exterior

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

2 Editorial

Desafio para as exportações

Miguel Lins

4 Economia Global pós-Covid 19

Impacto do *coronavirus* na Economia Global

Otaviano Canuto

18 Segurança Alimentar

Brasil no mundo pós-Covid: liderança confiável na luta pela segurança alimentar

Pedro Henrique de Souza Netto

22 Turismo e Competitividade

Impacto da Covid-19 no Turismo

Rafael Aloisio Freitas e Lucio Macedo

24 Competitividade para a indústria brasileira

A Agenda Internacional da Indústria 2020

Carlos Eduardo Abijaodi

30 China como vetor de crescimento

Crise e Oportunidade

Luiz Augusto de Castro Neves e Tulio Cariello

36 Novos Mercados

Ásia: novas fronteiras do comércio exterior do Brasil

Thiago Mattos e Maurício Santoro

48 Princípio da Precaução da OMC e da OCDE

O conflito entre Estados Unidos e União Europeia e os desafios para o Brasil

Vera Thorstensen e Catherine Rebouças Mota

64 Liberalização Comercial

Trinta anos de liberalização comercial na América Latina: valeu a pena?

Mauricio Mesquita Moreira

Desafio para as Exportações

O impacto da Covid-19 na saúde humana, e nas finanças em geral, é um evento singular e único na história da humanidade. O simultâneo contágio e difusão do coronavírus por todos os continentes afetou imediatamente as pessoas, os mercados financeiros, e as relações de produção e consumo.

Esta edição da RBCE apresenta um artigo que analisa o impacto do coronavírus na economia mundial. Entretanto, apesar de o artigo mostrar uma análise rica do momento presente, temos de estar atentos aos desafios conjunturais e estruturais que os exportadores brasileiros terão de enfrentar nos próximos meses, incluindo o acesso ao mercado financeiro na obtenção de linhas de *trade finance*. Precisamos apoiar as empresas brasileiras na internacionalização de seus negócios, inclusive aquelas que ainda não entraram na atividade de exportação.

Sem dúvida, o desafio dos exportadores brasileiros no novo normal, será apresentar resultados e lucratividade nas operações; e também inovar, perceber as oportunidades e as ameaças impostas pelo atual ambiente de negócios internacionais. Este ambiente, como apontado pelo Ministério da Economia, mostra que nos primeiros cinco meses de 2020 o crescimento das exportações brasileiras vem se expandindo a taxas superiores à demanda mundial. Isto evidencia que estamos deslocando concorrentes internacionais.

O crescimento das exportações nacionais, em um período de fraca demanda internacional, resulta do ajuste da taxa de câmbio nominal e da decisão do atual governo de abrir a economia nacional. Vale ressaltar que se deve analisar uma abertura multilateral no comércio internacional por meio de pesquisas aprofundadas. Uma recomendação da Funcex, no momento presente, é identificar fontes de financiamento para a realização de pesquisas, como as que foram feitas sobre essa temática nos anos 1980 e 1990. Aliás, esta edição da RBCE apresenta um artigo mostrando como foi importante, há trinta anos, a América Latina abrir sua economia ao mundo.

Ao se abrir uma economia continental como a brasileira, a orientação da Funcex é que empreendedores e empresas se mobilizem para descobrir oportunidades no comércio internacional, mesmo num ambiente de retração generalizada da atividade econômica. De fato, há espaço, agora, para incentivar empresas não exportadoras a se tornarem exportadoras iniciantes, e massificar o treinamento dessas por meio da metodologia de capacitação como a desenvolvida pela CNI, denominada Rota Global. Esse é um primeiro e seguro passo para a internacionalização. As empresas podem contar com ampla gama de serviços de apoio à internacionalização, conforme apontado no artigo sobre a Agenda Internacional da Indústria para 2020.

Há, também, transformações estruturais em curso no mercado internacional que são objeto de vários artigos desta edição da RBCE, como: (i) análise sobre a Ásia como nova fronteira para o comércio exterior brasileiro; (ii) a China como vetor de crescimento; (iii) a liderança nacional como ofertante de alimentos para a segurança alimentar no mundo pós-Covid; e (iv) a competitividade do destino turístico, tendo como pano de fundo a Cidade Maravilhosa do Rio de Janeiro. Por último, há um artigo sobre um tema emergente que estará na mesa de negociação internacional, que é o conceito de precaução em assuntos de meio ambiente, e de medidas fitossanitárias.

Em face dessa variedade de temas expostos nesta edição da RBCE, cabe lembrar que a história do comércio exterior, no Brasil, mostra que, com incentivos apropriados de formação de preços, os exportadores obterão pedidos de exportações. Mas hoje, em tempos de Covid-19, para produzir e embarcar as mercadorias, os exportadores precisarão financiar o ciclo de produção de seus produtos antes de embarcar, ou poderão ter que financiar seus compradores. Haverá, as vezes, a necessidade de financiar simultaneamente tanto a produção exportável, quanto o comprador internacional.

No tocante ao *trade finance*, a Direção da Funcex identifica que o problema a ser enfrentado no momento presente é similar ao observado em 2008, no Brasil, quando as linhas de crédito, cujas fontes eram em moeda estrangeira, ficaram escassas. Hoje, já há sinais de que não há muita disponibilidade de captação internacional dessas linhas. A bem da verdade, ainda existe alguma oferta de fundos para essas linhas, mas o preço oferecido pelas instituições financeiras, localizadas no exterior, é elevado em relação aos padrões históricos praticados. Isto torna a captação desses recursos muito onerosa para ser feita pelos bancos baseados no Brasil, e para serem repassados aos exportadores.

Com a redução das linhas de crédito às exportações, nosso olhar e atenção se voltam para superar o desafio do acesso ao crédito das empresas exportadoras ao Sistema Financeiro Nacional, e para o papel central dos bancos públicos e privados no sentido de

ajudar a romper a atual escassez na área de *trade finance*. Temos de lembrar que uma característica implícita ao sistema financeiro é que ele trabalha, de um lado, sob assimetria e informação incompleta de seus clientes potenciais e efetivos, e, de outro, sob um processo de seleção adversa de projetos de negócios de exportação a serem objeto de financiamento.

Em situações de falta de linhas de *trade finance* em tempos de Covid-19, a Direção da Funcex está atenta ao surgimento de “bolsões de iliquidez” em determinados setores exportadores ou por faixas de porte das empresas, que eventualmente podem gerar situações de inadimplência e falta de performance de exportação. Inclusive, já estamos começando a observar um gradual aumento da tensão na relação entre o exportador e o banco. Isso está ocorrendo quando chega a hora de financiar ou refinarciar as operações dos tradicionais financiamentos de pré e pós-embarques.

Para enfrentar essa situação, como ocorreu em 2008, a Direção da Funcex encaminhou ofício ao Banco Central do Brasil (Bacen) sugerindo utilizar as reservas internacionais em dólares e disponibilizar para que os bancos localizados no Brasil ofereçam financiamento aos exportadores nacionais. Estes, ao longo do seu ciclo de produção, produzem, embarcam as mercadorias, recebem pelas vendas externas e entregam, ao final do ciclo, as divisas obtidas aos bancos comerciais localizados no Brasil, os quais, por sua vez, entregam as divisas obtidas com as exportações ao Bacen, para recompor as reservas internacionais. Esses instrumentos estão ainda em vigor, e são apropriados para enfrentar a atual escassez de linhas externas de financiamento às exportações. Vale lembrar que é preciso que haja liquidez e oferta de financiamento às exportações no sistema financeiro nacional, lastreado em moeda estrangeira, cujos nível e volume dependem de decisão e do novo desenho institucional do Bacen.

Hoje, a Funcex – com a crise de Covid-19 ou não – está buscando soluções para reduzir a assimetria de informações a fim de que bons projetos de exportação sejam apresentados ao sistema financeiro, e financiados. Agora é a hora para incentivar a ideação e a aceleração de negócios internacionais e de *fintechs*, que digitizam o financiamento das exportações.

De um lado, sabemos que anualmente o governo disponibiliza recursos orçamentários para financiar as exportações das pequenas e médias empresas (PMEs) exportadoras. Esses recursos orçamentários não são plenamente utilizados, seja por desconhecimento, seja porque as empresas não sabem como propor, submeter, contatar e gerir uma operação de *trade finance* com recursos públicos.

De outro lado, apesar da dedicação e do apoio das equipes dos bancos oficiais de comércio exterior em identificar potenciais empresas exportadoras, eles acabam esbarrando com o problema de assimetria de informação e seleção adversa de se ter “bons” projetos de exportação. Por exemplo, na Índia já há plataformas que recebem pleitos de financiamento por parte das pequenas e médias empresas. Estas fazem uma análise prévia do pedido com base numa cesta de produtos financeiros. A partir dessa análise, é feito um *rating* facilitando a abertura dos dados das operações empresariais que são difíceis de serem obtidos e revelados pelas empresas. Ou seja, mediante uma plataforma de negócios de financiamento às exportações, busca-se reduzir o problema de assimetria de informação e seleção adversa implícito no acesso ao financiamento às exportações das PMEs.

Por sua vez, a plataforma pode encaminhar os pleitos e negociar com os bancos as condições de acesso eventual ao financiamento. Vale ainda assinalar que a Direção da Funcex recomenda formular uma política de incentivos à constituição de *fintechs* para financiamento às exportações no Brasil. Essas poderiam ser constituídas a partir da estruturação de fundos de investimento, lastreados, por exemplo, por notas de exportação, cédula de produtor rural para exportação, e títulos de *factoring*. Nesses casos haverá supervisão do Bacen e da CVM, quando se aplicar. E, o melhor, é que as PMEs exportadoras terão formas de acesso às exportações, compostas por fontes públicas e privadas.

Para enfrentar um dos pontos críticos das exportações em tempos de Covid-19 estamos expandindo a área de “Consultoria de *trade finance* da Funcex”, em especial na parte de readequação da estrutura de capital de empresas exportadoras e não exportadoras, e de operações estruturadas para *trade finance*, e finanças verdes. De fato, estamos montando, especificamente, metodologia composta por *workshop*, curso e consultoria que permita apoiar preferencialmente *on-line*, ou presencialmente, as empresas exportadoras para que saibam apresentar bons projetos de exportação, e também mostrar dados de crédito *scores* consistentes, para terem maiores condições de acesso aos tradicionais produtos de *trade finance*.

Recomendamos que acompanhem as novidades da Funcex: *workshops* e cursos; Agência de Notícias, as mídias sociais e, sobretudo, continuem a prestigiar a RBCE, que este ano completa 35 anos. Boa Leitura!



Miguel Lins
Vice-presidente da Funcex



Rafael Aloisio
Freitas



Lucio Macedo

Rafael Aloisio Freitas

é Vereador e presidente da Comissão de Indústria e Comércio da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Lucio Macedo

é Professor da FGV, Consultor do Sebrae, Diretor-Presidente da Pronomax, Ex-Vice Presidente da RioTur

Maior crise sanitária do nosso tempo, a pandemia da Covid-19 mudará para sempre a história da humanidade. Não apenas pelas milhares de mortes que vem provocando e ainda provocará, como também pelos desafios sanitários e econômicos que haverá de nos impor. Precisamos neste momento, em primeiro lugar e de forma efetiva, lutar para salvar vidas. O cabo de guerra entre vidas humanas e economia não pode e nem deve existir. Não dá para distinguir uma coisa da outra, pois estão intrinsecamente ligadas. É dever das pessoas públicas lutar nas duas frentes que, no fim, serão uma frente só.

É preciso pensar na pandemia e, ao mesmo tempo, no pós-pandemia. Esta não é uma possibilidade: é uma necessidade. Não podemos pensar no pós-pandemia somente a partir do fim do isolamento social. Há que desde já se criar condições para acelerar a retomada do crescimento econômico e social que, no caso do Rio de Janeiro, pode e deve passar pelo Turismo. Um turismo levado a sério, como gerador de emprego e renda.

Muito se comentou, aqui no Rio, sobre a cidade de Barcelona, um exemplo de legado pós-olímpico. Serviu-nos de inspiração durante anos. E o que efetivamente foi feito? Muito pouco. A cidade espanhola recebia, antes da Olimpíada de 1992, cerca de 800 mil turistas por ano. Seis anos depois, em 1998, este número já superava os 12 milhões. Graças, em muito, às mudanças urbanísticas, sobretudo na zona portuária, exemplo muito bem copiado por Buenos Aires, em Porto Madero, mas que no Rio ainda está no meio do caminho com o Porto Maravilha. Quase nada foi feito. Mas pode e deve vir a ser. A recuperação econômica do Rio, como já dissemos, pode e deve passar por aí.

A quantidade de quartos da nossa rede hoteleira triplicou com os Jogos Olímpicos. Os 20 mil de sempre viraram, em 2016, 58 mil. A quantidade de turistas, no entanto, não triplicou. São vagas ociosas que significam muitos empregos a menos. Para se ter uma ideia, cada vaga na rede hoteleira responde por três empregos diretos, ou seja, uma ocupação permanente dos nossos hotéis, pousadas, hostels e albergues representaria a empregabilidade de pelo menos 180 mil pessoas no município do Rio.

Somos um país continental, rico em belezas naturais, mas o fato é que o cartão postal do país é o Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa. E isto tem que ser trabalhado seriamente. Paris, a capital francesa, recebe 80 milhões de turistas por ano. Só a Torre Eiffel, 8 milhões. Se somarmos Torre e EuroDisney, teremos 18 milhões, enquanto aqui no Brasil estacionamos nos 6 milhões por ano. O Turismo é uma indústria que movimenta 52 segmentos da cadeia produtiva. Emprega tanto quanto a construção civil ou o setor de óleo de gás, com a diferença de que o petróleo é finito e o Turismo, não. Os empregos no setor vão muito além de hotelaria, aviação e comércio. Gera desde o primeiro emprego (para ambos os sexos e com baixa



Imagem de Chulhwan Yoon por Pixabay

escolaridade) a oportunidades para pessoas com alta escolaridade, as da terceira idade e pessoas com deficiência.

Turismo não é uma opção, é solução. E para que concretizemos esta solução teremos de conviver com novos protocolos de segurança, de biossegurança, de vigilância sanitária. O mundo não voltará a ser como conhecíamos até fevereiro. E nem o próprio Turismo. A começar pelo fato de que o retorno dos visitantes internacionais, nas previsões mais otimistas, se dará de 12 a 18 meses após o fim da pandemia. E a cidade não poderá esperar todo este tempo.

A tendência será um turismo dentro da própria cidade. As pessoas vão, primeiro, sair às ruas, depois às praias, à floresta da tijuca, a maior floresta urbana do mundo. Em seguida, às cidades vizinhas até 100km, 150km, como as regiões Serra-na e dos Lagos. Em seguida, aos estados vizinhos.

E caberá ao Poder Público, em parceria com a iniciativa privada, promover estas novas formas de geração de emprego e renda através do Turismo. Teremos a volta das viagens rodoviárias, em carros, ônibus, cujos protocolos terão de ser revistos. E estas cidades precisam estar de pé. As empresas precisarão existir.

É preciso flexibilizar as linhas de crédito, pois até agora só vimos muita propaganda e pouquíssima condição real de chegar à ponta. Sem uma intervenção do Ministério da Economia nesse sentido, vai haver uma imensa quebra-deira e a falta de iniciativa de hoje vai sair caro lá na frente.

Nos Estados Unidos, tão celebrados pelo nosso presidente e pelo ministro Paulo Guedes, o presidente Trump está injetando dinheiro a fundo perdido no setor econômico. Aqui, ocorre o contrário, com a exigência de garantias imensáveis durante uma pandemia.

É preciso ser criativo para sairmos da crise. Vivemos uma situação nova, contra a qual os remédios antigos não terão efeito. As regras de antes não podem valer agora. Urge uma nova vacina, inclusive para a economia, para que o país não saia de uma pandemia mergulhado em uma profunda recessão.

O governo federal dispõe de 655 mil imóveis e precisa usar este recurso em prol das micro e pequenas empresas, que são as grandes geradoras de empregos no Brasil. O município do Rio também tem uma grande base imobiliária e poderia se utilizar de um Fundo nesse sentido para capitalizar o Turismo. Isso está sendo feito em Alagoas, por exemplo, cujos municípios não têm a quantidade de imóveis que o Rio tem, tampouco o nosso apelo turístico, apesar de ser também um estado belíssimo em cultura e belezas naturais.

Precisamos de soluções efetivas, criativas e inovadoras porque a economia de guerra – e estamos em uma guerra – exige que sejamos ágeis na reação. Mais de 80% das empresas no Brasil são micro e pequenas empresas. No interior, este número é ainda maior. Na maioria das nossas cidades, beira os 100%. Sem ajuda, essas empresas vão quebrar e com elas muitas pessoas ficarão sem emprego. Trata-se de uma questão humanitária.

Apoiar o micro e pequeno empresário é apoiar toda uma cadeia produtiva, é promover um ciclo virtuoso que beneficia, inclusive, estados e municípios. Há quem pense que o principal imposto municipal é o IPTU. Ledo engano. A arrecadação com o ISS (Imposto Sobre Serviços) no município do Rio é cerca de duas vezes e meia maior que a do IPTU. Mais um motivo pelo qual é fundamental investirmos no Turismo, em serviços, porque é um investimento que retorna em tributos para que o próprio município invista em outras áreas como saúde, educação, limpeza urbana e transportes.

Prefeitura, estado e governo federal têm que facilitar o ambiente de negócios. Os Poderes Legislativos também. Os vereadores e prefeitos que elegermos ainda este ano precisarão fazer as mudanças necessárias na legislação para possibilitar esta retomada econômica do Rio. Precisam se comprometer em estudar a legislação para promover a recuperação e sair da crise.

Será preciso ouvir as necessidades de quem está na ponta, ter leis mais ágeis para que o estado não atrapalhe o empreendedor e passe a fomentar a economia. O mundo pós-pandemia vai chegar e precisamos estar preparados para enfrentá-lo. É nisso que acreditamos.